



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

**SOCIOEDUCAÇÃO E INTERSECCIONALIDADE: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS ÉTNICOS
RACIAIS DOS SOCIOEDUCANDOS DA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO
DO PARÁ (FASEPA)**

PRISCILA SILVA DOS ANJOS¹

ÉVELA CRISTINA PEREIRA BARBOSA²

ANDRELINA DA LUZ DIAS³

RESUMO:

O artigo reflete o impacto das dinâmicas sociais da juventude negra na socioeducação paraense. Analisamos que a interseccionalidade pode ser uma ferramenta útil para os profissionais entenderem o contexto sociohistorico dos socioeducandos, além de destacar a importância de incluir práticas antirracistas no planejamento institucional e políticas sociais para enfrentar práticas de discriminação.

Palavras chaves: Socioeducação; interseccionalidade; etnico-racial.

Abstract:

The article reflects the impact of social dynamics among Black youth on socio-educational practices in Pará. We analyze how intersectionality can be a useful tool for professionals to understand the sociohistorical context of socio-educands, as well as highlighting the importance of including anti-racist practices in institutional planning and social policies to address discriminatory practices.

Keywords: Socioeducation; intersectionality; ethnic-racial.

¹ Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

² Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

³ Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

1 INTRODUÇÃO

No período da escravidão não existia apenas um indivíduo sem liberdade, mas todo o seu grupo, isto é, um grupo composto por homens e mulheres africanos negros e submetido às diversas formas de violência. Uma forma, portanto, que gestou preconceitos ao longo de gerações. Sabemos que estas práticas cruéis se estendiam também a composição da “estrutura” familiar dos africanos escravizados que foi severamente fragilizada com as imposições do sistema (Mattos, 2013).

Diversas formas de violências foram utilizadas e amparadas pelas classes consideradas dominantes seja pela condição econômica como os escravocratas e após, a classe burguesa, por questões doutrinárias como a questão religiosa ou de cunho teórico como o racismo científico que usou teorias raciais e na sociedade foram criadas legislações para justificar atitudes de exclusão e extermínio, ou seja, o racismo é estrutural, pois compõe a gênese das relações sociais, se estendendo para o campo político, na economia e no campo do pensamento de pessoas que acreditam na superioridade humana por meio da cor, no que demanda um posicionamento mais assertivo e requer mais representatividade nos espaços públicos e de poder.

Ainda que não vivenciemos o período colonial nas características iniciais o lugar do negro nesse sistema não teve reparação com a transição para o capitalismo, ao contrário, houve outras formas de consolidar o racismo nas inúmeras consequências que perpetuam à população negra. Segundo Leal (2015) houve uma miséria social preexistente, que ficou acentuada com a colonização na Amazônia e quando o capitalismo se instaura como sistema das relações, sobretudo, econômicas, a miséria passa a ser ferozmente reproduzida, como uma exigência da contribuição da Amazônia à modernização.

Logo, pode-se inferir que esse sistema que “suscitou” modernidade, também requereu um “preço” a ser pago para se viver na Amazônia, que alterou as relações que preexistia com a natureza. Agora o interesse passa a ser cada vez mais o lucro, capital gerado e forças produtivas, e conseqüentemente uma categorização de indivíduos que pudessem ser úteis nesse sistema.

A intersecção que busca encontrar em dinâmicas sociais fatores que estão presentes no contexto histórico dos socioeducandos, é capaz de nos demonstrar como o ciclo que o capitalismo faz atravessa a história e chega na contemporaneidade com as características



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

habituais, como causar diversas desigualdades e vulnerabilidades, que não temos como desassociar das práticas do colonialismo. E desde lá, a exclusão de certos grupos sociais e a acumulação de riquezas para poucos já estava delineada.

Com isso, temos nas bases sociais do país a expropriação dos povos que foram explorados inicialmente, como os indígenas e africanos escravizados, sendo esta uma herança da barbárie cometida por interesses explícitos de grupos que detinham o poder não apenas econômico, mas sobre os corpos e as formas de se viver.

O ocorreu com a exploração de lá pra cá foi uma, ou melhor, diversas variantes de dominação de uma lógica que age até mesmo no modo de pensar, que podem ser identificadas em práticas de exploração no mercado de trabalho, nas práticas discriminatórias, no estigma da pessoa pobre e preta ser perigosa e/ou marginal. Percebemos assim que existe uma prática que perpetua a desigualdade e deixa certos grupos em condições mais favoráveis a vulnerabilidades seja racial, social, entre outras. De acordo com Valente apud Eurico (2020, p. 21),

Esclavidão e capitalismo não se confundem, mas se relacionam: o capitalismo criou e depois destruiu a escravidão. O trabalho escravo foi a base sobre a qual o capitalismo pôde se desenvolver, funcionar e expandir em sua fase mercantil, caracterizada pela produção de mercadorias nas colônias e sua comercialização entre as metrópoles européias. E o mercantilismo, por sua vez, criou algumas condições básicas à passagem para as fases seguintes do capitalismo - industrial e a monopólica.

A luta por justiça social e econômica não pode ser dissociada da luta anticolonial e antirracista, pois essas questões estão intrinsecamente ligadas às dinâmicas de poder e opressão que moldam nossas sociedades. O reconhecimento das interseções entre capitalismo, racismo e as heranças históricas de colonialismo é essencial para entender as desigualdades estruturais que persistem e não só, espera-se também que haja uma percepção mais consciente sobre os efeitos que a prática socioeducativa pode incidir na vida do socioeducando, ultrapassando a visão imediatista de olhar o ato infracional apenas como um ato isolado de maldade cometido.

Para além dos marcadores de gênero, idade, classe e escolarização, pensar a adolescência negra é ter a responsabilidade de compreender as universalidades e particularidades que atravessam esse público, pois na sociedade capitalista a “coisificação” do outro não se limita apenas no seu “valor” enquanto força produtiva, mas desumaniza a subjetividade nas relações sociais que esse corpo pode produzir e que não é mercadoria, logo, não gera lucro.

A localização do jovem negro, pobre e periférico na sociedade capitalista contemporânea exige uma contextualização histórica mais profunda, e deve se considerar as singularidades e particularidades que envolvem essa população na Amazônia.

No Pará, a FASEPA (Fundação de Atendimento Socioeducativa do Pará) é a instituição que executa a Política Socioeducativa no que tange as medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, com atual capacidade de atendimento para 548 vagas.

A Fundação efetiva o atendimento ao adolescente em situação de cometimento de ato infracional, na faixa etária de 12 a 21 anos, objetivando um atendimento socioeducativo com base, principalmente, nas prerrogativas do Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) regulamentado pela lei nº 12.594 de 18/01/2012.

Atualmente possui quinze unidades destinadas ao atendimento socioeducativo para adolescente masculino e feminino, atendendo as medidas socioeducativas de internação, semiliberdade e a medida cautelar de internação provisória, situadas na região do Baixo Amazonas, Guajará e Carajás e uma unidade no município de Ananindeua-Pará, que atende as demandas de eixo esporte, cultura e lazer (SINASE) e que não mantém adolescentes custodiados.

Por ser uma instituição que perpassou por concepções distintas sobre o trabalho de acolhimento, institucionalização de crianças e adolescentes ao longo do tempo, é importante que se acenda o debate do antirracismo na Fundação, para que o olhar e o entendimento da demanda juvenil em cumprimento de medida socioeducativa no Pará passe reflexões e caminhe rumo ao combate e superação do imediatismo e do fatalismo que recai cotidianamente sobre a relação da condição econômica e da cor da pele negra com a violência.

Em uma instituição que teve em sua gênese a doutrina da situação irregular, mudou-se também a forma de trabalho e concepção de proteção da criança e adolescente, no entanto, a mentalidade social e política não é algo simples de se alterar. Cabe o questionamento: são estes corpos vulneráveis ou são estes corpos estrategicamente negligenciados pelo Estado? E quando entram no sistema socioeducativo, o que antecede o ato infracional?

Importante pontuar que os direitos humanos que subsidiam demais lei como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o SINASE, por si só já sugerem uma avaliação cada vez mais qualitativa na execução de medida que também possui um caráter pedagógico.

O caso da desigualdade social global mostra que as estruturas interseccionais que levam em consideração as relações de poder, principalmente aquelas que

analisam como o poder do Estado-nação trabalha com diferentes filosofias da social-democracia e do neoliberalismo, levantam novas questões sobre desigualdade social global (Collins e Bilge, 2020, p.46)

Sendo assim, a interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global.

A juventude em cumprimento de medida socioeducativa não pode ser considerada apenas por dados estáticos. O entendimento das autoras é que a interseção é um interessante método para analisar e contribuir para estratégias de trabalhar as informações que comumente são coletadas para discussão da política socioeducativa, incluindo a pauta dos Direitos Humanos que segue em paralelo às questões referente a infância e juventude, mas não apenas, que a interseção possa ser uma ferramenta importante para traçar adequadamente indicadores que nos mostrem mais a respeito da vida do socioeducando que está custodiado.

2 A QUESTÃO DA RAÇA NO BRASIL: BREVES REFLEXÕES

Notadamente em função do capitalismo, não é difícil imaginar que a lógica para a construção das Políticas Públicas sejam ciclicamente reconfiguradas por uma lógica de dominação que envolve interesses de classes e de vidas individualizadas, no entanto, pautas necessárias para o alcance de bem acabam condicionadas a um padrão definido, precipuamente, por quem possui cadeira nesse organismo parlamentar e referendam as leis no país, que historicamente são compostas por homens brancos que revelam sem constrangimentos os apreços advindos do patriarcado, os privilégios da cor e do gênero.

A análise apresentada possui um aspecto crucial da história do Brasil e suas consequências sociais e econômicas. A abolição da escravidão, embora um marco importante na luta pelos direitos humanos, não foi acompanhada por políticas que garantissem a inclusão da população alforriada na sociedade. A falta de uma transição estruturada para a condição de liberdade destes, resultou em profundas desigualdades, especialmente para a população negra, que enfrentou desafios significativos para acessar oportunidades de trabalho, educação e moradia.

Hoje, o Estado Democrático de Direito busca corrigir essas injustiças históricas por intermédio de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade e do bem-estar social. O compromisso com os direitos sociais, que incluem educação, saúde, e moradia, é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. No entanto, a efetividade dessas políticas

depende de uma governança responsável e da participação ativa da sociedade civil na fiscalização e no aprimoramento dessas iniciativas.

A luta por uma inclusão real e efetiva continua refletindo a necessidade de um esforço coletivo para superar legados de exclusão e marginalização. O desafio é garantir que todos os cidadãos tenham acesso às oportunidades que promovam uma vida digna e plena, contribuindo assim para o fortalecimento da democracia e da coesão social no Brasil.

3 INTERSECCIONALIDADE NA SOCIOEDUCAÇÃO

A interseccionalidade, conforme abordada por, é uma perspectiva que analisa como diferentes formas de opressão e discriminação se cruzam e atravessam relações na sociedade, especialmente no que diz respeito às questões de cor, raça, etnia, gênero, grau de escolaridade.

A ideia central da interseccionalidade aborda que os conflitos que emergem contra a opressão não podem ser analisados e nem interpretados de formas isoladas; em vez disso, é importante compreender a diversidade existente nas relações humanas e que as diferentes identidades e experiências ganham notoriedade quando passam a ser consideradas em análises diversas. Considerando esses fatores que podem se transformar em indicadores sociais, acabam ocupando um lugar fundamental para pensar, propor e efetivar o campo das políticas públicas e se estendem para ações que requerem estratégias sobretudo quando abordamos questões que versam sobre a parcela da população considerada minoritárias, podemos destacar a população pobre, negra, indígena, o público LGBTQIA+ e as mulheres, por exemplo.

Assim, como no palco dos direitos humanos, a interseccionalidade se faz com um olhar profundo frente às complexidades sócio-históricas e que possibilita promover análises qualitativas e fundamentadas que podem nos aproximar de reflexões e uma melhor compreensão das desigualdades sociais favorecendo assim, uma perspectiva ética e política que aponte para a justiça social como escopo de políticas públicas e sociais.

A interseccionalidade na socioeducação pode ser utilizada para uma abordagem em que poderá considerar as pluralidades que os socioeducandos trazem para dentro da medida socioeducativa. São diversos contextos sociais abordados e que se transformam em dados estatísticos, que colaboram potencialmente para compreender um desenho socioeducativo, ou seja, um cenário composto com informações que se traduziram em análises, revisão da política e construção de planos, no entanto, ao reconhecermos que a juventude privada de liberdade já não



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

é mais a mesma de uma década atrás, é necessário trabalhar com mais afinco nos fatores como raça, gênero, escolaridade, território e outras questões da própria identidade desse público e como suas experiências rebatem nas suas ações, pensamentos e posicionamentos na sociedade.

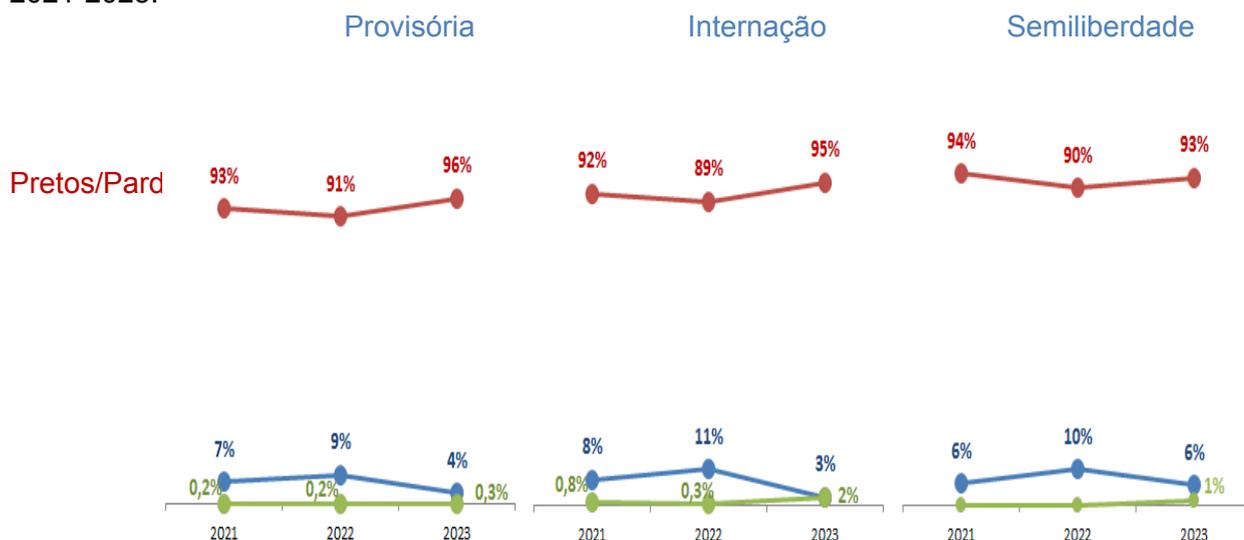
As instituições socioeducativas, pela natureza de seu atendimento, são espaços potencialmente racistas, se olhar para a história do Brasil, no entanto o setor público pode e deve se comprometer de forma mais efetiva e preventiva no combate ao racismo institucional. Primeiramente, permitindo uma análise dos dados, que apesar de serem catalisados em banco de dados, não são desvelados para fins de ações institucionais e em segunda instancia, já sinalizam a disponibilidades de análise críticas acadêmicas em vários documentos já publicados sobre essa pauta.

Utilizar a interseccionalidade como método de análise colaborará para compreender fatores que influenciaram na vida do socioeducando antes do cometimento do ato infracional e como isso impactou na trajetória pessoal, social e pode também ser usada para o próprio contexto socioeducativo, isto é, o comportamento, reações e respostas no ambiente privativo de liberdade.

Teixeira (2003) reforça que as lentes da interseccionalidade apontam para os desafios de um grande paradoxo existente na política de Atendimento Socioeducativo, ancorada em leis reconhecidamente progressistas e executada por um sistema de justiça juvenil altamente seletivo e punitivo ao reconhecer quem são os sujeitos criminalizados, percebemos que possuem características físicas, sociais, culturais e econômicas similares, sustentando um processo de criminalização, que parece escolher quais indivíduos, quando autores de atos infracionais devem ser punidos e quais merecem outro tipo de tratamento, que não a privação e restrição de liberdade. Tal declaração se confirma, por meio dos dados abaixo:

IDENTIDADE RACIAL DA SOCIOEDUCAÇÃO NO PARÁ

Gráfico 1. Identidade racial da socioeducação na provisória, internação e semiliberdade no Pará. 2021-2023.



Branços

Indígenas

Fonte; FASEPA/ Núcleo de Informação Institucional e Tecnologias (NIIT)
Elaboração: Dias, Andreлина, 2024

Os dados apresentados, além de ratificar a fundamentação outrora explicitada sobre o racismo institucional, revelam a mesma problematização trazida por Eurico (2020) quando descreve sobre a discriminação étnico racial nos dados estatísticos quanto a classificação da população negra, pois aponta que pluralidade de identidades, ora trazidas pelo IBGE, dificulta o entendimento de quem é negro no Brasil, e conseqüentemente reflete na socioeducação, haja vista constarem nos formulário de identificação da socioeducação as mesmas abordagens classificatórias do IBGE.

Segundo Conceição; Quinelatto; Corsino e Rovaron (2021) há um encarceramento seletivo que podemos evidenciar ao ler os gráficos elaborados com base no último relatório do levantamento anual de 2023, principal instância responsável pela avaliação das medidas socioeducativas no Brasil, trata-se do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (SINASE).

O levantamento aponta os seguinte dados: que 7.540 (sete mil quinhentos e quarenta), ou seja, cerca de 63,8% dos/as adolescentes selecionados para o ingresso no sistema socioeducativo brasileiro se declaram de cor parda/preta, 2.633 (dois mil seiscentos e trinta e três) de cor branca (22,3%), 8 (oito) de cor amarela (0,1%), 53 (cinquenta e três) indígenas (0,4%), 1 (um) quilombola, além de 214 (duzentos e quatorze) adolescentes sem registro quanto à cor da pele ou etnia, e 802 (oitocentos e dois) sem informação relatada por alguns estados, representando 6,8% dos/as adolescentes.

Prosseguindo no desvendamento do racismo institucional, com base na abordagem da Eurico (2020), outro aspecto relevante é sobre a escolaridade apresentada pelos adolescentes e jovens ao adentrarem a socioeducação, bem como o tempo em que estavam fora do sistema, pois ambos aspectos são variáveis que rebatem significativamente na superação da “pobreza geracional”, pois precariza os vínculos laborais e conseqüente os colocam em situação de desproteção social, como mostram os gráficos abaixo:

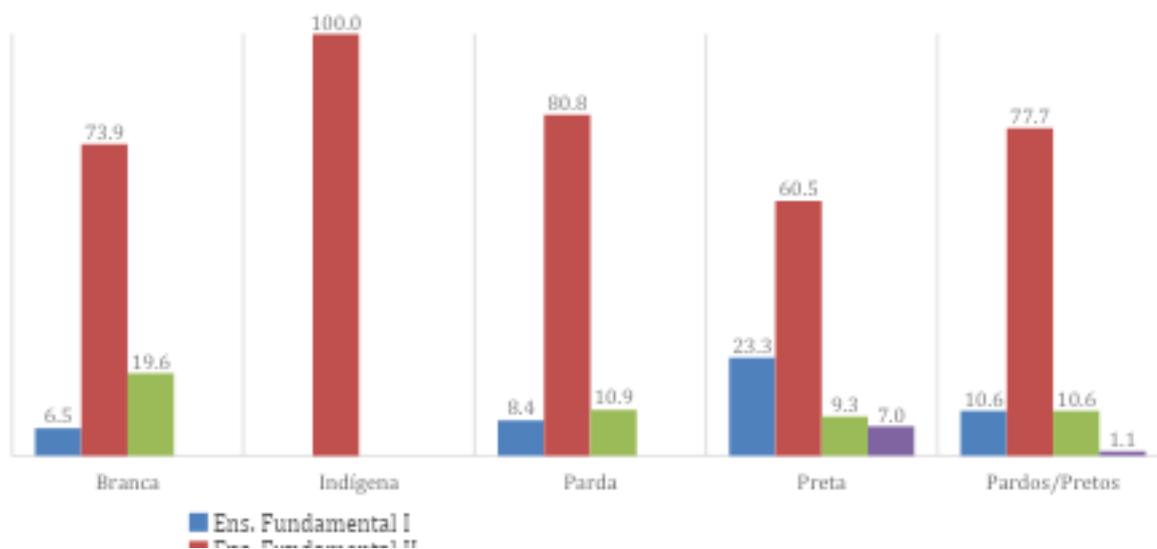


Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

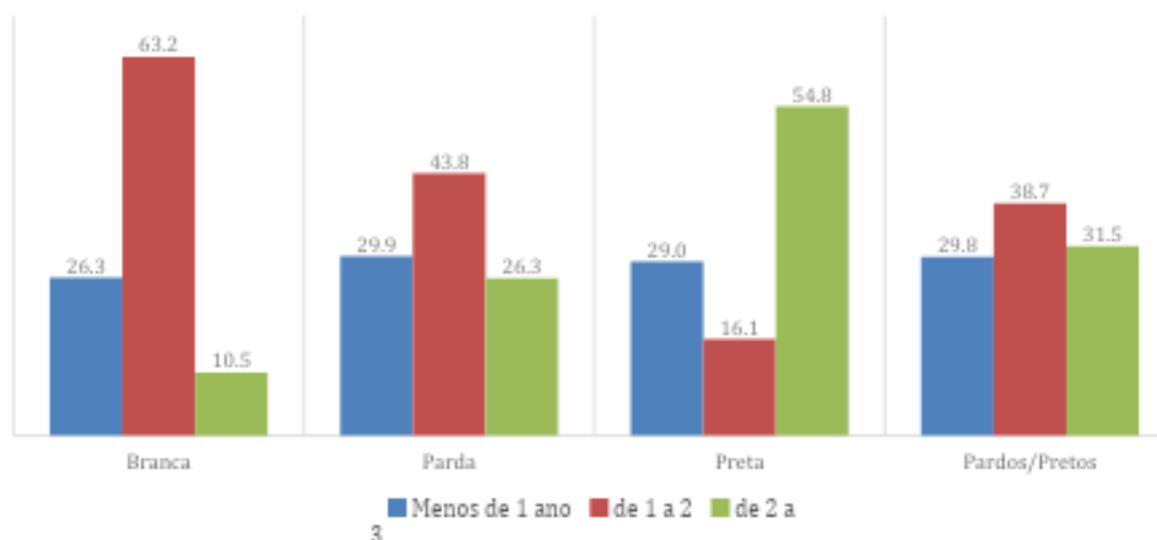
Gráfico 2. Escolaridade dos socioeducandos em medida de internação na FASEPA. 2023



Fonte; FASEPA/ Núcleo de Informação Institucional e Tecnologias (NIIT)

Elaboração: Dias, Andreлина, 2024

Gráfico 3. Tempo de afastamento escolar dos socioeducandos em medida de internação na FASEPA. 2023



Fonte; FASEPA/ Núcleo de Informação Institucional e Tecnologias (NIIT)

Elaboração: Dias, Andreлина, 2024



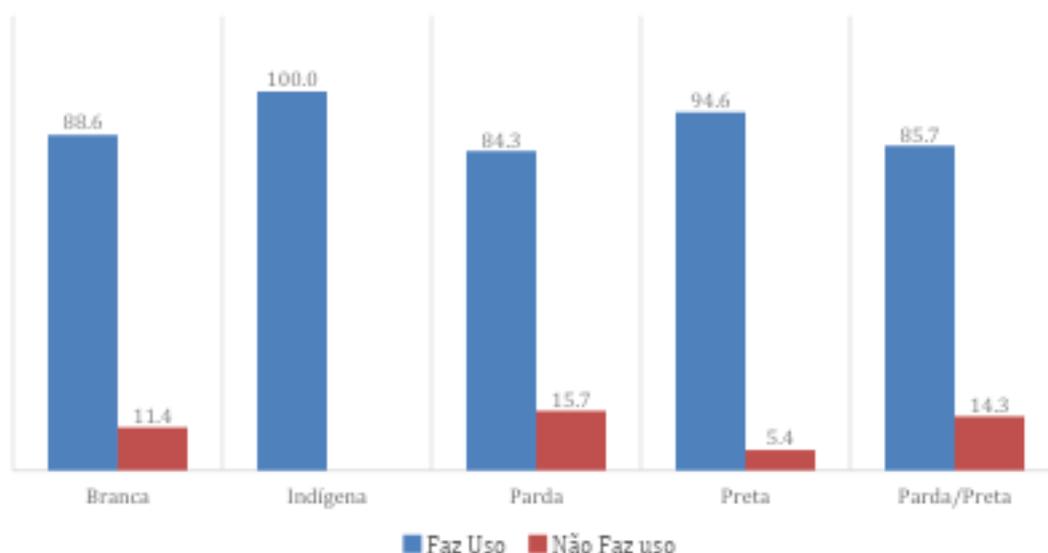
Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Prosseguindo na análise dos dados institucionais com outro ponto que chamou atenção, se trata da dependência química ou o uso de drogas. É significativamente mais elevado o número de socioeducandos pardos e pretos, na medida de internação, que apresentam dependência química, apresentando um alerta, pois refletem que o acesso a política pública de saúde está focalizado e não alcança todos de forma inclusiva. Trazendo a política socioeducativa a responsabilidade de garantir um direito humano fundamental que em sua maioria vinha sendo negado. Conforme gráfico abaixo:

Gráfico 4. Uso ou não de drogas pelos Socioeducandos em medida de internação na FASEPA. 2023



Fonte; FASEPA/ Núcleo de Informação Institucional e Tecnologias (NIIT)
Elaboração: Dias, Andreлина, 2024

Outro ponto importante é a formação de profissionais que atuam na socioeducação para poder compreender a importância da intersecção e dirimir de forma efetiva suas práticas, isto inclui cursos, capacitações que reconheçam a dialética existente na atuação profissional e a importância da ética nesses espaços, a fim de promover um ambiente em que a equidade seja visualizada no sistema socioeducativo e a garantia de direitos humanos independa de preconceções a respeito, principalmente da natureza do ato infracional, o que ainda é um fator

desafiador visto que muitos profissionais ainda divergem de uma prática livre de julgamentos morais.

Ao captar as diversas informações de experiências dos socioeducandos, é possível reconhecer que embora o perfil que identificados nos ambientes da Fundação seja parecido nos aspectos cor e condição econômica, as vulnerabilidades se distinguem, isso quer dizer que as oportunidades também. Para a socioeducação, é importante também que toda proposta, criação e análises das políticas, incluam também práticas inclusiva, respeitando as particularidades que carregam em suas vivências.

A relevância da pauta, toma outras proporções quando tratadas na divulgação dos dados institucionais apresentados, formalmente em documentos, como por exemplo, os relatórios de gestão anuais entre outros, pois promove uma visibilidade, fundamental para entender quem de fato são os socioeducandos (as) custodiados na FASEPA e contribuindo no combate ao racismo estrutural/institucional, que de acordo com o que Eurico (2020) aponta sobre o racismo, para se combater-lo é importante que devemos lutar com o que há na bases estrutural do capitalismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente aos indivíduos, pois estão presentes no cotidiano das que raça, etnia, de gênero, entre outras particularidades que requerem um olhar mais voltado à dimensão de totalidade, o que nos inclina a construir proposições de políticas públicas, fundamentações teóricas e práticas que irão se interrelacionar com as demais políticas setoriais que outrora são atingidas por condicionantes que as limitam em seu processo de implementação ou já no campo da execução, enfrentam a precarização, em consequência aos diversos racismos que existem na sociedade, entre eles o racismo estrutural que se está enraizado nas relações, sejam entre os indivíduos, seja entre o Estado e instituições.

É o racismo que não permite o reconhecimento da história, que normaliza práticas discriminatórias e relativiza a exclusão forjada em moldes que favorecem a burguesia, a meritocracia.

Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero,

idade, estatuto de cidadania entre outras, posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas.

Consideramos que a FASEPA, como instituição que atravessou diversos contextos que envolvem a história como mudanças nas legislações, vem conseguindo estabelecer reflexões a respeito de como vem sendo realizada as coletas de informações dos socioeducandos, bem como o tratamento destas, pois o que estes trazem em suas vivências, devem repercutir na prática socioeducativa e não apenas serem vistos a partir de dados quantitativos.

Ao transitarmos pelos espaços socioeducativos, leia-se unidades de atendimento socioeducativo e setores da área de planejamento da instituição, é possível observar a forma de construção dos diálogos sobre o cotidiano socioeducativo e o alcance esperado quando se trata da ressocialização. Desta forma, identifica-se que “o trabalho intersetorial é o caminho para a superação da cilada” (Conceição; Quinelatto; Corsino e Rovaron, 2021, p.396), levando em consideração que o termo “cilada” significa a forma em que as instituições tendem em realizar análises sem o devido critério sócio-histórico das relações e isso pode incorrer em distorções significativas no campo dos direitos e das políticas também.

No que tange interseccionalidade no âmbito da socioeducação, nota-se a invisibilidade das questões raciais ou étnico raciais, não apenas no contexto paraense, mas a nível nacional. Historicamente essas temáticas foram naturalizadas, entre alguns fatores, pela própria questão do senso comum que usa a métrica de que se a maior parcela da sociedade ser negra e pobre, faz sentido que os índices de alguns segmentos também correspondam a isso, ou pelo próprio “mito da democracia racial” que não favorece a leitura sócio-histórica do papel do negro na sociedade brasileira.

Compreendemos, como profissionais da socioeducação, que uma visão a-histórica não favorece análises mais profundas no que diz respeito às informações que acompanham a trajetória dos jovens privados de liberdade. Notamos que embora não seja o tema central das discussões socioeducativas na Fundação, não podemos desconsiderar que a instituição vem dando mais atenção aos debates que dialogam com a questão racial, étnica e gênero, tanto que, houve neste ano de 2024, uma importante atualização no formulário socioeducativo que busca conhecer o socioeducando através de perguntas relacionadas a sua identificação. Acompanhado disso, alguns profissionais tem encontrado incentivo, dentro da instituição, para participar de eventos relacionados ao cenário socioeducativo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desta forma, espera-se que as ações que abordem as questões antirracistas e outras formas de discriminação, façam parte do planejamento estratégico institucional e dos planos de ação desenvolvidas nas unidades de atendimento socioeducativo, bem como se torne pauta estratégica nas comissões intersetoriais e também em espaços de controle social.

5 REFERÊNCIAS

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis** – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. Lei Federal Nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo** – Brasília – 2012.

BRASIL. Lei Federal Nº 8.069, de 13 de outubro de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Brasília, 1990.

BRASIL. Lei Federal, de 05 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3º ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2020.

CONANDA. **Resolução n.º 113/2006, dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização do SGD**, Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS 1993.

DA CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti et al. **A socioeducação sob as lentes da interseccionalidade**. Humanidades & Inovação, v. 8, n. 58, p. 395-408, 2021.

EURICO, Márcia Campos. **Racismo na infância**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

IBGE.

agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14057-asi-ibge-divulga-resultados-de-estudo-sobre-cor-ou-raca#:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MATOS, Hebe. **Das Cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. 3^o ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEAL, Aluísio Lins. **Uma Sinopse histórica da Amazônia**. In: TRINDADE, José R. e MARQUES, Gilberto (orgs) Revista de Estudos Paraenses. Edição Especial – IDESP. Belém, IDESP, 2010.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 18, n. 2, p. 1-14, jul./dez. 2019, **Questão Social e Política de Assistência Social Desigualdade e diversidade**: o fator amazônico no contexto da Política de Assistência Social no Pará. Maria Cardoso Nascimento Sandra Helena Ribeiro Cruz Reinaldo Nobre Pontes.